

Estudo Técnico Preliminar 1/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.002677/2020-32

2. Descrição da necessidade

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em **serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores**, a serem executados, de forma contínua sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| GRUPO 1 - VEÍCULOS DE MARCA RENAULT | | | | | | |
|-------------------------------------|--|------|-----|-----|-----|-----------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CAT | SER | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$ |
| 1 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA OS VEÍCULOS DE MARCA RENAULT, FLUENCE DESCRITOS ABAIXO: 1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo da marca RENAULT, FLUENCE 2.0 , ano 2012/2013, placa JDX 0015, com substituição de peças danificadas por peças genuínas. | 3565 | SV | | 1 | 3.643,00 |
| 2 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA OS VEÍCULOS DE MARCA RENAULT, FLUENCE DESCRITOS ABAIXO: 1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo da marca RENAULT, FLUENCE 2.0 , ano 2012/2013, placa JDX 9494, com substituição de peças danificadas por peças genuínas. | 3565 | SV | | 1 | 3.643,00 |
| | | | | | | |

| | | | | | | |
|-------------------------|---|------|----|---|----------|----------------------|
| 3 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA O VEÍCULO DE MARCA RENALT, VAN MASTER , DESCRITO ABAIXO: | 3565 | SV | 1 | 3.659,82 | 3.659,82 |
| | 1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo da marca RENAULT, VAN MASTER , ano 2019/2020, placa OVO 2055, com substituição de peças danificadas por peças genuínas. | | | | | |
| Total do Grupo 1 | | | | | | R\$ 10.945,82 |

| ITENS AVULSOS | | | | | | |
|--|--|------|----|---|----------|----------------------|
| 4 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA O VEÍCULO DE HYUNDAI, AZERA DESCRITO ABAIXO: | 3565 | SV | 1 | 7.216,80 | 7.216,80 |
| | 1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo blindado da marca HYUNDAI, AZERA 3.0 V6 , ano 2012/2013, placa JKO-3821, com substituição de peças danificadas por peças genuínas. | | | | | |
| 5 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA O VEÍCULO DE MARCA FORD. FOCUS SEDAN DESCRITO ABAIXO: | 3565 | SV | 1 | 4.216,80 | 4.216,80 |
| | 1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo da marca FORD, FOCUS SEDAN , ano 2010/2011, placa JHY 1062, com substituição de peças danificadas por peças genuínas. | | | | | |
| Custo total da contratação dos Itens Avulsos | | | | | | R\$ 11.433,60 |
| CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO POSSUI O VALOR DE: | | | | | | R\$ 22.379,42 |

(*) Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 16/2020 (2956056).

1.2. O objeto da licitação tem a **natureza de serviço comum** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. A Contratação com diversos grupos ou itens se torna inviável, os gestores do contrato teriam de coordenar diversos fornecedores para garantir a execução satisfatória dos serviços. Este esforço extra de gestão requer mão de obra qualificada adicional sempre escassa, desta forma, consideramos a melhor opção realizar a licitação dos itens 1 ao 3, em um único grupo, tendo em vista a realização dos serviços serem de características similares.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo da contratação é a preservação do patrimônio público, consequentemente aumentando a vida útil dos veículos utilizados pelo Ministro da Defesa no estado do Rio de Janeiro, recolocando-os em seu perfeito estado de funcionamento, mantendo-os aptos para atender as demandas de cunho administrativo.

2.3. Tratar-se da necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva e substituição das peças danificadas por peças genuínas para os veículos dos fabricantes das marcas Renault, Ford e Hyundai, 5 (cinco) veículos pertencentes à frota do Ministério da Defesa localizados no Rio de Janeiro.

2.4. As despesas com a execução do Documento de Formalização da Demanda - DFD, correrão por conta dos recursos designados ao Ministério da Defesa e estão estimados em **R\$ 22.379,42** (vinte e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), mediante DEMANDA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas.

2.5. Os veículos que compõem este processo foram **incluídos em 5 (cinco) itens**.

2.6. A contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva nos veículos tem como o objetivo de preservar o patrimônio público, aumentar a vida útil do material, recolocando-os em seus perfeitos estados de funcionamento, mantendo-os prontos para atender as necessidades de cunho administrativo e logístico.

2.7. Todavia, com a contratação em apreço, o Órgão poderá contar com o serviço de manutenção preventiva e corretiva com aplicação de peças genuínas nos veículos por um custo menor daqueles praticados no mercado comum.

2.8. Dessa forma, além de preservar o patrimônio público quanto a manutenção e ao aspecto visual dos veículos, pode-se contar ainda, com um transporte seguro para os usuários.

2.9. Com base nos incisos I e II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme abaixo transcrito:

*"I - quando, pelas características do bem ou serviço, **houver necessidade de contratações frequentes**;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;"* grifo nosso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, **Apêndice I**, abrange a prestação do serviço de contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Tendo em vista a essencialidade para assegurar a integridade da frota de veículos e a segurança de seus usuários, a prestação do serviço de forma rotineira e permanente é imprescindível, assim o serviço objeto deste Contrato tem caráter contínuo, para evitar o comprometimento da prestação do serviço público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, **Apêndice I**, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

5.1.1.1. Lei nº 8.666/1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

5.1.1.2. Lei nº 9.784/1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5.1.1.3. Lei nº 10.520/2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

5.1.1.4. Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/2001, da Lei Complementar nº 63/1990; e revoga as Leis nº 9.317/1996, e 9.841/1999.

5.1.1.5. Lei nº 12.440/2011, acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666/1993.

5.1.1.6. Lei nº 12.527/2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112/1990; revoga a Lei nº 11.111/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159/1991; e dá outras providências.

5.1.1.7. Decreto-Lei nº 5.452/1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

5.1.1.8. Decreto-Lei nº 200/1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

5.1.1.9. Decreto nº 9.507/2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

5.1.1.10. Decreto nº 3.722/2001, regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002.

5.1.1.11. Decreto nº 4.358/2002, regulamenta a Lei nº 9.854/1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666/1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.

5.1.1.12. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

5.1.1.13. **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**, regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.1.1.14. IN nº 5/SG/MP/2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.1.1.15. IN nº 2/SLTI/MPOG/2010, e alteração promovidas pela IN nº 1/SLTI/MPOG/2012, IN nº 5/SLTI/MPOG/2012, IN nº 4/SLTI/MPOG/2013 e IN nº 7/SLTI/MPOG/2015.

5.1.1.16. IN nº 6/SEORI/SG/MD/2013, disciplina os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços no âmbito da AC/MD.

5.1.1.17. IN nº 7/SEORI/SG/MD/2013, disciplina os procedimentos e as responsabilidades dos Gestores e Fiscais de Contratos firmados pela Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD).

5.1.2. serviço continuado.

5.1.3. critérios e práticas de sustentabilidade:

5.1.3.1. visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá adotar as seguintes **práticas de sustentabilidade** abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

- a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

5.1.4. duração inicial do contrato: O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.5. quadro com soluções de mercado.

UASG: 160106

Comando Militar do Planalto

PREGÃO nº 16/2020

| CNPJ | EMPRESA |
|--------------------|---|
| 10.690.124/0001-08 | AUTOMINAS COMERCIO, SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI |
| 29.268.907/0001-18 | MARTINS CONSTRUTORA , COMERCIO E TRANSPORTE EIRELI |
| 09.043.182/0001-52 | NA ATIVA COMERCIAL - EIRELI |
| 08.990.041/0001-84 | RIBEIRO E DINIZ COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVO |

UASG: 786810

Comando da Marinha

PREGÃO nº 22/2020

| CNPJ | EMPRESA |
|--------------------|--|
| 04.626.295/0001-67 | HUDSON HUNDENBERG MIDON EIRELI |
| 21.932.461/0001-72 | PREMIER PECAS E SERVICOS - EIRELI |
| 17.498.616/0001-37 | ALBATROZ COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS EIRELI |
| 08.839.850/0001-90 | UNIVALE SERVICOS E COMERCIO LTDA |

UASG: 120636

Comando da Aeronáutica

PREGÃO nº 23/2020

| CNPJ | EMPRESA |
|--------------------|--|
| 10.690.124/0001-08 | AUTOMINAS COMERCIO, SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI |
| 10.450.771/0001-34 | AUTO CENTER GT EIRELI |
| 15.006.201/0001-73 | CIDADE AUTOMOTIVA AUTO CENTER LTDA. |
| 05.198.462/0001-89 | HEBERTH GOMES FRANCA |
| 20.054.258/0001-88 | CENTRO AUTOMOTIVO S.S LTDA |

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço (**Apêndice II**).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Atender às solicitações de serviço de manutenção preventiva e corretiva e de fornecimento de peças, suprimentos e acessórios na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência.

6.1.2. Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva em oficina especializada própria, com pessoal com qualificação comprovada e emprego exclusivo de peças, suprimentos e acessórios genuínos, retífica, usinagem, recuperação, instrumentos e ferramentas de uso comum das montadoras dos respectivos veículos.

6.1.3. Realizar, sempre que possível e mediante autorização prévia do Contratante, serviços corretivos e preventivos no E. Repr. Gab. MD/RJ; vetado, sob qualquer alegação, o uso de ferramentas pertencentes ao MD.

6.1.4. Apresentar relação de peças, suprimentos e acessórios a ser aplicado e seu respectivo orçamento após a checagem “in loco”, bem como, sugerir a recuperação das peças, nos casos que couber solução alternativa, desde que não comprometa a segurança, qualidade e originalidade do veículo.

6.1.5. Constar nos orçamentos dos serviços a serem realizados:

6.1.5.1. a sua descrição;

6.1.5.2. o total de horas; e

6.1.5.3. o valor bruto e o valor com desconto contratual.

6.1.6. Constar nos orçamentos de peças:

6.1.6.1. a sua descrição, inclusive marca e código; e

6.1.6.2. o valor bruto e o valor com desconto contratual.

6.1.7. Somente iniciar os serviços corretivos, preventivos, reboque, substituição de peças, suprimentos, acessórios, usinagem ou qualquer ato que possa vir a gerar despesa, mediante prévia comunicação e autorização expressa do Contratante.

6.1.8. Assumir e arcar com todas as responsabilidades, inclusive financeira, sob a elaboração equivocada de orçamento de serviços, peças, suprimentos e acessórios após a aprovação por parte do Contratante; vetada a possibilidade de orçamento complementar.

6.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos veículos, seus equipamentos básicos e acessórios, durante a permanência em suas instalações ou oficina, inclusive em relação à responsabilidade civil e financeira sobre infrações de trânsito e multas decorrentes dos testes, condução e transporte de veículo para reparo.

6.1.10. Indenizar, em valores atualizados e em moeda corrente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, os danos parciais e/ou totais, causados aos veículos do MD, durante a execução de serviços, deslocamentos para manutenções, testes, transporte em reboque ou outro evento, de qualquer natureza, sem prejuízo de outras sanções, independentemente se ocorrido o fato por dolo, culpa, negligência, imperícia ou imprudência, salvo disposição legal em contrário.

6.1.11. Indenizar, na forma do subitem anterior, o furto ou roubo de veículo do MD sob sua responsabilidade, independentemente da natureza do fato, salvo disposição legal em contrário.

6.1.12. Responsabilizar-se por danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados, quando da execução dos serviços, condução, transporte de veículos e testes.

6.1.13. Apresentar, sempre que solicitado, documentos e/ou embalagens que comprovem ser as peças, os suprimentos e acessórios genuínos (pertencente à linha de montagem da montadora de cada marca de veículo).

6.1.14. Dar conhecimento formal ao Contratante sobre irregularidades e falhas operacionais constatadas durante as manutenções, indicando as devidas correções e/ou medidas saneadoras.

6.1.15. Atender prontamente as reclamações sobre a qualidade dos serviços prestados pelos seus técnicos e auxiliares, corrigir de imediato o problema e fornecer os esclarecimentos que se fizerem necessários.

6.1.16. Permitir o livre acesso do Contratante as dependências da oficina, para fiscalização dos serviços ou outros procedimentos inerentes ao contrato, podendo ainda, estar acompanhado de qualquer outra pessoa capaz de sua confiança, inclusive para emitir laudos, conferir todo tipo de reparos, instalação de peças, suprimentos e acessórios a serem utilizados nos veículos.

6.1.17. Prestar informações precisas e coesas solicitadas pelo Contratante ou por pessoa por ele indicada.

6.1.18. Reparar defeitos ou substituir peças, suprlmentos ou acessórios dos veículos com recursos próprios, em caso de dano causado direta ou indiretamente, por culpa ou dolo, de qualquer dos seus técnicos, auxiliares ou terceiros, quanto do(s) veículo(s) sob sua responsabilidade.

6.1.19. Fornecer e/ou instalar apenas peças genuínas pertencentes à linha de montagem da montadora, devidamente lacrada, para fins de pagamento e conferência prévia pelo Fiscal do Contrato.

6.1.20. Recuperar, sempre que possível e sem prejuízo da qualidade e segurança, componentes em geral, materiais e acessórios, que porventura não tenha no mercado para compra ou que sua utilização aceite a recuperação.

6.1.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir, usinar, polir, moldar, retificar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste TR em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.

6.1.22. Instalar, peças, suprlmentos, acessórios e materiais afins, adquiridos pelo Contratante junto a terceiros, ficando a Contratada limitada à execução dos serviços. Tal condição não a isenta de responsabilidade sobre a má aplicação ou dano do material adquirido, que nesses casos, deverá ser repostado imediatamente, às expensas totais da Contratada.

6.1.23. Rebocar, às suas expensas, imediatamente após o comunicado, quando os veículos do MD ficarem impossibilitados de locomoção, decorrente de pane ou falha elétrica, eletrônica, mecânica, inclusive sinistro, em toda localidade do Rio de Janeiro ou num raio de **até 100 km**.

6.1.24. Proibir a permanência ou viagem de qualquer pessoa no interior do veículo, durante a operação de reboque.

6.1.25. Rebocar os veículos do MD apenas em veículos preparados para esta finalidade, de preferência do tipo plataforma suspensa. Vetado o uso de cordas, cabos, similares ou “cambão” de qualquer natureza.

6.1.26. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a apresentá-las saldadas na época de pagamento de cada Nota Fiscal/Fatura, dado que, seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício decorrente com o Contratante.

6.1.27. Assumir a responsabilidade por todas as providências a serem adotadas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando seus empregados sofrer qualquer tipo de acidente no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em trânsito ou nas dependências do Contratante.

6.1.28. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no ato convocatório, onde também farão parte os regimentos deste TR.

6.1.29. No ato de entrega do veículo, a Contratada deverá apresentar ao Gestor do contrato o documento fiscal dos serviços e peças que foram aplicadas, para conferência e atesto posteriormente.

6.1.30. A Contratada deverá ter sede própria no Rio de Janeiro e a oficina mecânica deverá está localizada na distância máxima de **50 km** (cinquenta) do escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro. Motivo: economicidade de custo com combustível nas realizações dos serviços e fiscalizações.

6.1.31. Das instalações físicas e ferramentas da Contratada:

6.1.31.1. deverá possuir estrutura predial adequada e com total segurança; e

6.1.31.2. deverá dispor de ferramentas em geral, considerada a afinidade com os serviços dos veículos constantes do Item 1 - DO OBJETO deste TR, entre elas: chaves, gabaritos, sacas rolamentos e terminais, componentes digitais de leitura e diagnóstico para motores de combustíveis, diesel, gasolina ou misto (gasolina/álcool), analisadores, suportes variados para ajustes, acessórios mecânicos, hidráulicos e eletrônicos, elevadores compatíveis com o peso bruto dos veículos listados, aparelhos de medição vertical/horizontal de cambagem e alinhamento, balanceador de pneus, unidade recicladora de ar-condicionado e demais equipamentos afins, aparelho de medição de gases poluentes, mesa alinhadora de monobloco, expansores hidráulicos, aparelhos de solda (oxigênio e elétrica) e outros.

6.1.32. Dos profissionais da Contratada:

6.1.32.1. dispor em seu quadro próprio, de pessoal especializado em mecânica geral, mecânica para regulagem eletrônica/injeção de combustível gasolina/álcool e diesel, alinhador de suspensão e eletricista;

6.1.32.2. acrescenta-se a necessidade de balanceador de pneus, lanterneiro, pintor, tapeceiro, técnico em ar-condicionado; sem prejuízo de outros serviços de apoio/auxiliar e consultoria técnica;

6.1.32.3. comprovar a habilitação do pessoal denominado especializado, relacionado nos subitens anteriores, em curso de aprendizagem profissional promovido por entidades reconhecidas oficialmente, tais como: SENAI, ASE e outras afins; e

6.1.32.4. indicar e submeter à aprovação do Contratante, preposto, para se aceite, representá-lo nos atos da execução do Contrato.

6.1.33. Dos conceitos de manutenções:

6.1.33.1. as manutenções se dividem em preventiva e corretiva e deverão ser realizadas por pessoal especializado, sujeitas à comprovação técnica, dispensada aos respectivos auxiliares;

6.1.33.2. entende-se por Manutenção Preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos mecanismos e nas peças dos veículos, com o escopo de mantê-los em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, Manual do Condutor e outras orientações expressas neste TR;

6.1.33.3. incluem-se na manutenção preventiva, sem exclusão do que se fizer necessário:

a) revisões previstas no Manual do Condutor de cada veículo, embasadas na quilometragem pré-definida; a exemplificar: 5.000 km, 10.000 km, 15.000 km, etc.;

b) revisão de freios e embreagem;

c) revisão do sistema de direção;

d) ajustes mecânicos e elétricos;

e) revisão do sistema de suspensão;

f) teste geral da parte elétrica;

g) revisão do sistema de ar-condicionado;

h) alinhamento de direção, cambagem e balanceamento de rodas; e

i) toda mão de obra, seja: mecânica, elétrica ou eletrônica.

6.1.33.4. entende-se por Manutenção Corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os veículos em seu perfeito estado de funcionamento, seja efetuando ajustes, regulagens ou reparos, substituindo peças, mecanismos, componentes, suprimentos, acessórios, inclusive pneus, latarias, borrachas, forros e outros que se fizerem necessários;

6.1.33.5. incluem-se na manutenção corretiva, sem exclusão do que se fizer necessário:

a) substituição de peças, acessórios, latarias, mecanismos, componentes, suprimentos desgastados, quebrados ou com defeitos;

b) reparo de ar-condicionado;

c) retífica de motor;

d) reparo em câmbio e diferencial;

e) reparo de suspensão;

f) reforma de estofamento, carpete e forro;

g) lanternagem; e

h) pintura etc.

6.1.34. Da estimativa de horas para o serviço: estimada conforme Tabela de Tempo de Serviço (hora/homem trabalhada) praticada nas revendas autorizadas.

6.1.35. Do preço:

6.1.35.1. o Contratante pagará à Contratada, pela execução dos serviços e fornecimento de peças, objeto deste TR, preços de acordo com os subitens abaixo:

a) custo/hora da mão-de-obra - Terá como referência os valores praticados pela revenda da marca, constante da Tabela de Tempo de Serviço da respectiva montadora, acrescido do desconto mínimo na forma dos subitens 6.1.37.1 a 6.1.37.2. e 6.1.38.1 a 6.1.38.3; e

b) preços das peças, suprimentos e acessórios - Terá como referência os valores constantes da Tabela de Preço de Peças, suprimentos e acessórios praticados nas vendas autorizadas, acrescido do desconto mínimo na forma dos subitens 6.1.37.1 a 6.1.37.2. e 6.1.38.1 a 6.1.38.3.

6.1.36. Dos descontos:

6.1.36.1. pauta-se como critério essencial na formação do resultado e julgamento das propostas, nos termos e critérios estabelecidos nos subitens 6.1.35.1, 6.1.37.1 a 6.1.37.2. e 6.1.38.1 a 6.1.38.3.

6.1.37. Da formação dos preços - julgamento das propostas:

6.1.37.1. a licitação deverá ser composta por itens, onde cada item, consta uma determinada marca e a relação dos veículos constante no 1. DO OBJETO deste TR.

6.1.37.2. Para fins de julgamento das propostas:

a) deverá ser elaborada uma proposta contemplando cada item;

b) será considerado para apontar a proposta vencedora do Item o critério de MAIOR DESCONTO, a ser aferido mediante cálculo, doravante denominado Desconto Ponderado (DPo).

6.1.38. Da planilha de custo:

6.1.38.1. os Percentuais de Descontos aplicados para os Serviços (DS) e os de Peças (DP), multiplicados pelo fator correspondente para Serviços e Peças, dividido por 100 (cem), será igual ao Desconto Ponderado (DPo).

6.1.38.2. adota-se para cálculo matemático, o Peso 7 (sete) para serviço e o Peso 3 (três) para peças.

a) Demonstra-se:

$$DPo = \frac{(DS) \times 70 + (DP) \times 30}{100}$$

6.1.38.3. deverá ser formulada Proposta por item.

6.1.39. Do vínculo empregatício: Os empregados e prepostos da Contratada envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo por conta exclusiva da Contratada todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial e outras quaisquer, as quais se obriga a saldar nas épocas devidas.

6.1.40. Avaliação das necessidades de infraestrutura:

6.1.40.1. a infraestrutura da Contratada será avaliada utilizando os seguintes parâmetros:

a) a oficina mecânica da Contratada:

a.1) quanto à sua estrutura;

a.2) quanto ao ferramental existente;

a.3) quanto à qualidade do serviço; e

a.4) quanto à capacitação dos funcionários em mecânica geral, eletricidade, injeção eletrônica, pintura, lanternagem e funilaria de autos, dentre outras.

b) o escritório da Contratada:

b.1) quanto à sua estrutura;

b.2) quanto à capacitação de seus funcionários;

- b.3) quanto a existência de microcomputadores com sistemas das empresas autorizadas do ramo de autopeças instalados; e
- b.4) quanto à capacidade de emissão de orçamentos e notas fiscais em um curto espaço de tempo.

6.1.41. De segurança: A Contratada não poderá prestar, a outros, informações a respeito das manutenções dos veículos deste Ministério.

6.1.42. De comunicação: A Contratada deverá informar ao escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro, por escrito, o nome completo e número de telefone do preposto da empresa para que, caso necessário, seja acionado a fim de sanar qualquer problema que venha a ocorrer com o serviço prestado durante a vigência contratual/garantia.

6.2. A execução dos serviços será iniciada mediante solicitação contida na Ordem de Serviço (**Apêndice III**), que será enviada ao adjudicatário com um prazo de antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização do serviço.

6.2.1. Os serviços de revisão preventiva deverão ocorrer no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da autorização expressa para sua realização. A autorização para a realização de serviço acompanha a Ordem de Serviço para substituição de peças, suprlmentos e acessórios, quando se fizer necessário.

6.2.2. Os serviços mecânicos corretivos deverão ocorrer no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da autorização expressa para sua realização. A autorização para a realização do serviço deverá ser acompanhada de Ordem de Serviço para substituição de peças, suprlmentos e acessórios ou quando do fornecimento dos materiais necessários, por parte do Contratante.

6.2.3. Os serviços corretivos de lanternagem, pintura, funilaria, instalação de acessórios e capotaria deverão ser acordados entre a Contratada e o Contratante, não podendo ser superior a **20 (vinte) dias úteis**.

6.2.4. Contar-se-á o prazo para conclusão dos serviços a partir da autorização expressa para sua realização e ordem para aquisição de peças, suprlmentos e acessórios;

6.2.5. Caso o Contratante faça opção pela aquisição, junto a terceiros dos materiais necessários a realização dos serviços, permanecerá (ão) os prazos previsto(s) nos subitens 6.2.1 a 6.2.3 deste Termo de Referência.

6.2.6. Refazer ou corrigir os serviços dos subitens 6.2.1 a 6.2.3 não aceitos com absoluta prioridade e diligência, às suas expensas, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do momento da recusa pelo Contratante.

6.2.7. Os serviços abaixo descritos deverão ser realizados no prazo máximo de 4h (quatro horas):

- a) alinhamento de direção;
- b) cambagem;
- c) balanceamento;
- d) troca e rodízio de pneus;
- e) troca de filtros de óleo, ar e combustível;
- f) troca de bateria;
- g) regulagem de faróis; e
- h) troca de lâmpadas e outros ajustes de pequeno vulto.

6.2.8. Corrigir os serviços não aprovados, descritos no subitem 6.2.7, no prazo máximo de 3h (três horas), contados do momento da recusa pelo Contratante.

6.3. A gestão e fiscalização do Contrato ficará a cargo do escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro.

6.4. Contatos no E. Repr. Gab. MD/RJ: telefone: (21) 99927-3007 – Cap R/1 (GERSON) de Bastos Soares - E-mail: gerson.bastos@defesa.gov.br, telefone: (21) 98118-5397 - ST MB EB Marcos Ramos (BARRADAS) - E-mail: barradaspqdt91@gmail.com.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. Metodologia de avaliação da execução dos serviços: De acordo com o Apêndice IV - Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.2. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuada.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão está de acordo com o Apêndice V – Histórico de Consumo de Manutenção.

8.2. Deverá ser formulada a proposta por item.

8.3. Será considerado para apontar a proposta vencedora do Item o critério de MAIOR DESCONTO, a ser aferido mediante cálculo, doravante denominado Desconto Ponderado (DPo).

8.4. Este Termo de Referência reúne informações suficientes para elaboração de propostas, de tal sorte que não seja necessária a vistoria do local para os licitantes que assim não desejarem.

8.5. Da planilha de custo:

8.5.1. Os Percentuais de Descontos aplicados para os Serviços (DS) e os de Peças (DP), multiplicados pelo fator correspondente para Serviços e Peças, dividido por 100 (cem), será igual ao Desconto Ponderado (DPo).

8.5.2. Adota-se para cálculo matemático, o Peso 7 (sete) para serviço e o Peso 3 (três) para peças.

a) Demonstra-se:

$$DPo = \frac{(DS) \times 70 + (DP) \times 30}{100}$$

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste instrumento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN nº 5/SEGES/MP/2017.
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este instrumento, no prazo determinado.
- 10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº13.146, de 2015.

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII - F da IN nº 5/SEGES /MP/2017:

10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ~~inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados~~, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.23. Atender às normas da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Portaria Normativa nº 2/GM-MD/2019.

10.24. Entregar no escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro a primeira via do Termo de Responsabilidade (Apêndice VI) assinado por todos os prestadores de serviços e a primeira via do Termo de Confidencialidade (Apêndice VII) assinado pelo representante da Contratada.

10.25. Deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações do escritório por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste instrumento.

13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste instrumento, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Apêndice IV**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste instrumento e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da IN nº 5/SEGES/MP/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.2. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo; e

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este instrumento.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3/MP/2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1. o prazo de validade;

15.4.2. a data da emissão;

15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4. o período de prestação dos serviços;

15.4.5. o valor a pagar; e

15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN nº 5/SEGES/MP/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.6.1. não produziu os resultados acordados;

15.6.2. deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3/MP/2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$

I = 0,00016438

16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. **Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, onde o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração (Contratante),** aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

18.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

18.1.5. cometer fraude fiscal;

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de qualquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa de:**

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o **valor do serviço OS** em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o **valor do serviço OS**, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o **valor do serviço OS**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o **valor do serviço OS**, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 do subitem 18.4 abaixo;

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do **valor do serviço OS** por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato; e

18.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até **2 (dois) anos**;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

18.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste instrumento.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.3. As sanções previstas nos **subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com os 1 e 2.

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|---|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS</u> . |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS</u> . |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS</u> . |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS</u> . |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS</u> . |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|----------|-----------|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| | | |

| | | |
|---|--|---|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência. | 5 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento. | 4 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia. | 3 |
| 4 | Retirar do veículo pertencente ao Ministério da Defesa quaisquer equipamentos, sem autorização prévia do responsável, por item. | 4 |
| 5 | Aplicar produtos de 2ª linha, fora das especificações previstas nas tabelas de preços praticados pelas revendas autorizadas de cada marca de veículo, por item. | 4 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Colocar à disposição do Contratante os equipamentos, peças e mão-de-obra para realização dos reparos necessários, por item e por dia. | 4 |
| 7 | Manter equipamentos e acessórios necessários à execução dos serviços ou prestar manutenção aos equipamentos, ou zelar pelas instalações utilizadas no MD, por item e por dia. | 4 |
| 8 | Manter peças em estoque para aplicação imediata, por item e por dia. | 2 |
| 9 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência. | 2 |
| 10 | Substituir os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados, por equipamento e por dia. | 3 |
| 11 | Reparar ou substituir os equipamentos que apresentarem defeitos em até 24 (vinte e quatro) horas, por item e por dia. | 3 |
| 12 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia. | 1 |
| 13 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência. | 3 |
| 14 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato. | 1 |
| 15 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada. | 1 |
| 16 | Atender ao público usuário de forma respeitosa ou cortês, por ocorrência. | 2 |
| 17 | Implantar medidas corretivas exigidas pelo fiscal do contrato ou na execução, de outras obrigações contratuais, por dia. | 1 |
| | | |

| | | |
|----|--|---|
| 18 | Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo Contratante, por dia. | 2 |
| 19 | Executar no prazo programado ou de forma satisfatória as tarefas constantes dos itens referentes à discriminação dos serviços, por tarefa. | 1 |
| 20 | Comunicar, por escrito, ao MD, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por fato ocorrido. | 3 |

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

18.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

18.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste instrumento, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

19.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

19.4.1. Valor Global: **R\$ 22.379,42** (vinte e dois mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

19.5. O critério de julgamento da proposta é o **Maior desconto Global para o Grupo I (itens 1 ao 3) e Maior desconto por Item para os demais (itens 4 e 5).**

19.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 22.379,42** (vinte e dois mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

20.2. Tal valor foi obtido a partir de Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 16, de 24 de dezembro de 2020 (2956056).

21. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, na forma que segue:

21.2. O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, com início após a assinatura do contrato.

22. DOS APÊNDICES (3122334)

22.1. Apêndice I - Estudos Preliminares;

22.2. Apêndice II - Declaração do Licitante;

22.3. Apêndice III - Ordem de Serviço;

22.4. Apêndice IV - Instrumento de Medição do Resultado (IMR);

22.5. Apêndice V - Histórico de Consumo de Manutenção.

22.6. Apêndice VI - Termo de Responsabilidade;

22.7. Apêndice VII - Termo de Confidencialidade;

22.8. Apêndice VIII - Modelo de Termo de Responsabilidade pelo Recebimento do Veículo; e

22.9. Apêndice IX - Modelo da Proposta.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------|--------------------------|
| SEGEF | Onivaldo de Fatima Rocha |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores**, serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra.

2. critérios e práticas de sustentabilidade:

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá adotar as seguintes **práticas de sustentabilidade** abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

- a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

5. Levantamento de Mercado

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 14 de dezembro de 2020, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a contratação do objeto (CATSER 3565 - Manutenção de Veículos Leves e Pesados) através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado no pregão abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Serviço 3565 - Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Período Pesquisado - 01/01/2020 até 14/12/2020

| ÓRGÃO GERENCIADOR | UASG GERENCIADORA | LICITAÇÃO | PERÍODO DE VIGÊNCIA |
|-----------------------------|--|----------------------|--------------------------|
| 52131 - COMANDO DA MARINHA | 786810 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM LADARIO | Pregão 00022/2020 | 10/12/2020 10/12/2021 |
| 52121 - COMANDO DO EXERCITO | 160106 - 2 BATALHAO FERROVIÁRIO | Pregão 00016/2020 | 30/11/2020 30/11/2021 |
| | 752000 - DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS | Pregão | 27/11/2020 |

| | | | |
|-----------------------------|---|----------------------|--------------------------|
| 52131 - COMANDO DA MARINHA | | 00004/2020 | 27/12/2020 |
| 52121 - COMANDO DO EXERCITO | 160183 - 72 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO | Pregão 00002/2020 | 24/11/2020 24/11/2021 |
| 52121 - COMANDO DO EXERCITO | 160069 - COMANDO LOGISTICO | Pregão 00016/2020 | 30/11/2020 30/11/2021 |

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente contratação se tratar de um **serviço comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.**

6. Descrição da solução como um todo

Para este objeto a ser contratado a melhor solução será a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores**, através da realização de um pregão eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor e da mão de obra a ser contratada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Documento de Formalização de Demanda nº 16, de 24 de dezembro de 2020 (2956056).

Planilha de controle de manutenção ano 2019/2020 (3022142).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Documento de Formalização de Demanda nº 16, de 24 de dezembro de 2020 (2956056).

Planilha de controle de manutenção ano 2019/2020 (3022142).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Parcelamento: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

3. Opção de contratação por: **Maior desconto Global para o Grupo I (itens 1 ao 3) e Maior desconto por Item para os demais (itens 4 e 5).**

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O pregão realizado durante o período de 01/01/2020 até 14/12/2020, abaixo relacionado contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Pregão nº 22/2020 (SRP) - Centro de Intendencia da Marinha em Ladario (UASG nº 786810), Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de **manutenção de viaturas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Pregão nº 16/2020 (SRP) - BATALHAO FERROVIÁRIO (UASG nº 160106), Pregão Eletrônico - Registro de preços para possível contratação de serviços de **manutenção de viaturas** com aplicação de peças GENUÍNAS/ORIGINAIS para a manutenção preventiva e corretiva de viaturas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o art. 11 da Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019, durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem está delegar, e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

O serviço acima foi incluído no item **nº 2.788** do PGC 2021, no valor estimado de **R\$ 22.379,42** e caso seja aprovado pelo Senhor Diretor do DEADI será enviado para aprovação.

12. Resultados Pretendidos

O resultado pretendido será atingido com a manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações prediais da AC/MD, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício à um bom desempenho profissional. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento sustentável, será exigido dos licitantes os critérios e práticas de sustentabilidade: Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá adotar as seguintes **práticas de sustentabilidade** abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

- a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviço comum

14. Possíveis Impactos Ambientais

Critérios e práticas de sustentabilidade:

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá adotar as seguintes **práticas de sustentabilidade** abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

- a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e razoabilidade da contratação.

16. Responsáveis

VOLMER DE OLIVEIRA SALES

Chefe

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - Planejamento de Aquisição - ASSINADO SEL.pdf (336.04 KB)

Anexo I - Planejamento de Aquisição - ASSINADO SEI.pdf



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

O presente Planejamento da Aquisição (PA), foi confeccionado conforme a Instrução Normativa (IN) nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD/2013 e com as adaptações determinadas pela IN nº 5/SEGES/MP/2017 e IN nº 40/SEGES/MP/2020, e tem por objetivo levantar todos os elementos necessários e suficientes para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, com o apoio e análise da Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ). Visa também a apresentação dos **Estudos Preliminares (EP)** e do **Gerenciamento de Riscos**, além, de compor o **Plano de Trabalho (PT)** e o **Termo de Referência (TR)**, confeccionado de acordo o modelo disponibilizado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União. Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra; Atualização: Outubro/2020; Acessado em 14 de dezembro de 2020 às 10h12, no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/servicos-continuados-sem-mao-de-obra-exclusiva-pregao>, respectivamente, referentes à contratação pretendida.

ESTUDOS PRELIMINARES

DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a Portaria nº 113/DEADI/SEORI/SG-MD, de 11 de janeiro de 2021 (3117238), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 2, de 15 de janeiro de 2021 (3108224).

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, a serem executados, de forma contínua sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| GRUPO 1 - VEÍCULOS DE MARCA RENAULT | | | | | | |
|-------------------------------------|---|--------|-----|-----|-------------------------|--------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ |
| 1 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA OS VEÍCULOS DE MARCA RENAULT, FLUENCE DESCRITOS ABAIXO: 1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo da marca RENAULT, FLUENCE 2.0, ano 2012/2013, placa JDX 0015, com substituição de peças danificadas por peças genuínas. | 3565 | SV | 1 | 3.643,00 | 3.643,00 |
| 2 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA OS VEÍCULOS DE MARCA RENAULT, FLUENCE DESCRITOS ABAIXO: 1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo da marca RENAULT, FLUENCE 2.0, ano 2012/2013, placa JDX 9494, com substituição de peças danificadas por peças genuínas. | 3565 | SV | 1 | 3.643,00 | 3.643,00 |
| 3 | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, | 3565 | SV | 1 | | 3.659,82 |

| | | | | | | |
|-------------------------|---|--|--|--|----------|----------------------|
| | <p>TODOS GENUÍNOS, PARA O VEÍCULO DE MARCA RENALT, VAN MASTER, DESCRITO ABAIXO:</p> <p>1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo da marca RENAULT, VAN MASTER, ano 2019/2020, placa OVO 2055, com substituição de peças danificadas por peças genuínas.</p> | | | | 3.659,82 | |
| Total do Grupo 1 | | | | | | R\$ 10.945,82 |

ITENS AVULSOS

| 4 | <p>SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA O VEÍCULO DE HYUNDAI, AZERA DESCRITO ABAIXO:</p> <p>1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo blindado da marca HYUNDAI, AZERA 3.0 V6, ano 2012/2013, placa JKO-3821, com substituição de peças danificadas por peças genuínas.</p> | 3565 | SV | 1 | 7.216,80 | 7.216,80 |
|---|---|------|----|---|----------|----------|
| 5 | <p>SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, TODOS GENUÍNOS, PARA O VEÍCULO DE MARCA FORD. FOCUS SEDAN DESCRITO ABAIXO:</p> | 3565 | SV | 1 | 4.216,80 | 4.216,80 |

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|----------------------|
| 1 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo da marca FORD, FOCUS SEDAN , ano 2010/2011, placa JHY 1062, com substituição de peças danificadas por peças genuínas. | | | | | |
| Custo total da contratação dos Itens Avulsos | | | | | R\$ 11.433,60 |
| CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO POSSUI O VALOR DE: | | | | | R\$ 22.379,42 |

(*) Estimativa inicial realizada pelo Setor Demandante extraído do DFD nº 16/2020 (2956056).

1.2. O objeto da licitação tem a **natureza de serviço comum** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Unitário**.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. A Contratação com diversos grupos ou itens se torna inviável, os gestores do contrato teriam de coordenar diversos fornecedores para garantir a execução satisfatória dos serviços. Este esforço extra de gestão requer mão de obra qualificada adicional sempre escassa, desta forma, consideramos a melhor opção realizar a licitação dos itens 1 ao 3, em um único grupo, tendo em vista a realização dos serviços serem de características similares.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo da contratação é a preservação do patrimônio público, consequentemente aumentando a vida útil dos veículos utilizados pelo Ministro da Defesa no estado do Rio de Janeiro, recolocando-os em seu perfeito estado de funcionamento, mantendo-os aptos para atender as demandas de cunho administrativo.

2.3. Tratar-se da necessidade de contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva e substituição das peças danificadas por peças genuínas para os veículos dos fabricantes das marcas Renault, Ford e Hyundai, 5 (cinco) veículos pertencentes à frota do Ministério da Defesa localizados no Rio de Janeiro.

2.4. As despesas com a execução do Documento de Formalização da Demanda - DFD, correrão por conta dos recursos designados ao Ministério da Defesa e estão estimados em **R\$ 22.379,42** (vinte e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), mediante DEMANDA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas.

2.5. Os veículos que compõem este processo foram **incluídos em 5 (cinco) itens**.

2.6. A contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva nos veículos tem como o objetivo de preservar o patrimônio público, aumentar a vida útil do material, recolocando-os em seus perfeitos estados de funcionamento, mantendo-os prontos para atender as

necessidades de cunho administrativo e logístico.

2.7. Todavia, com a contratação em apreço, o Órgão poderá contar com o serviço de manutenção preventiva e corretiva com aplicação de peças genuínas nos veículos por um custo menor daqueles praticados no mercado comum.

2.8. Dessa forma, além de preservar o patrimônio público quanto a manutenção e ao aspecto visual dos veículos, pode-se contar ainda, com um transporte seguro para os usuários.

2.9. Com base nos incisos I e II do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, será utilizado o Sistema de Registro de Preços conforme abaixo transcrito:

*"I - quando, pelas características do bem ou serviço, **houver necessidade de contratações frequentes**;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;"* grifo nosso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, **Apêndice I**, abrange a prestação do serviço de contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Tendo em vista a essencialidade para assegurar a integridade da frota de veículos e a segurança de seus usuários, a prestação do serviço de forma rotineira e permanente é imprescindível, assim o serviço objeto deste Contrato tem caráter contínuo, para evitar o comprometimento da prestação do serviço público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, **Apêndice I**, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

5.1.1.1. Lei nº 8.666/1993, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- 5.1.1.2. Lei nº 9.784/1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- 5.1.1.3. Lei nº 10.520/2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- 5.1.1.4. Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212/1991 e 8.213/1991, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, da Lei nº 10.189/2001, da Lei Complementar nº 63/1990; e revoga as Leis nº 9.317/1996, e 9.841/1999.
- 5.1.1.5 Lei nº 12.440/2011, acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666/1993.
- 5.1.1.6. Lei nº 12.527/2011, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112/1990; revoga a Lei nº 11.111/2005, e dispositivos da Lei nº 8.159/1991; e dá outras providências.
- 5.1.1.7. Decreto-Lei nº 5.452/1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- 5.1.1.8. Decreto-Lei nº 200/1967, dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
- 5.1.1.9. Decreto nº 9.507/2018, dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- 5.1.1.10. Decreto nº 3.722/2001, regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, alterado pelo Decreto nº 4.485/2002.
- 5.1.1.11. Decreto nº 4.358/2002, regulamenta a Lei nº 9.854/1999, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666/1993, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição.
- 5.1.1.12. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- 5.1.1.13. **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**, regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 5.1.1.14. IN nº 5/SG/MP/2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- 5.1.1.15. IN nº 2/SLTI/MPOG/2010, e alteração promovidas pela IN nº 1/SLTI/MPOG/2012, IN nº 5/SLTI/MPOG/2012, IN nº 4/SLTI/MPOG/2013 e IN nº 7/SLTI/MPOG/2015.
- 5.1.1.16. IN nº 6/SEORI/SG/MD/2013, disciplina os procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços no âmbito da AC/MD.
- 5.1.1.17. IN nº 7/SEORI/SG/MD/2013, disciplina os procedimentos e as responsabilidades dos Gestores e Fiscais de Contratos firmados pela Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD).

5.1.2. serviço continuado.

5.1.3. critérios e práticas de sustentabilidade:

5.1.3.1. visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá adotar as seguintes **práticas de sustentabilidade** abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

- a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

5.1.4. duração inicial do contrato: O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.5. quadro com soluções de mercado.

UASG: 160106

Comando Militar do Planalto

PREGÃO nº 16/2020

| CNPJ | EMPRESA |
|--------------------|---|
| 10.690.124/0001-08 | AUTOMINAS COMERCIO, SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI |
| 29.268.907/0001-18 | MARTINS CONSTRUTORA , COMERCIO E TRANSPORTE EIRELI |
| 09.043.182/0001-52 | NA ATIVA COMERCIAL - EIRELI |
| 08.990.041/0001-84 | RIBEIRO E DINIZ COMERCIO DE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVO |

UASG: 786810

Comando da Marinha

PREGÃO nº 22/2020

| CNPJ | EMPRESA |
|--------------------|--|
| 04.626.295/0001-67 | HUDSON HUNDENBERG MIDON EIRELI |
| 21.932.461/0001-72 | PREMIER PECAS E SERVICOS - EIRELI |
| 17.498.616/0001-37 | ALBATROZ COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS EIRELI |
| 08.839.850/0001-90 | UNIVALE SERVICOS E COMERCIO LTDA |

UASG: 120636

Comando da Aeronáutica

PREGÃO nº 23/2020

| CNPJ | EMPRESA |
|--------------------|--|
| 10.690.124/0001-08 | AUTOMINAS COMERCIO, SERVICOS E MANUTENCAO EIRELI |
| 10.450.771/0001-34 | AUTO CENTER GT EIRELI |
| 15.006.201/0001-73 | CIDADE AUTOMOTIVA AUTO CENTER LTDA. |
| 05.198.462/0001-89 | HEBERTH GOMES FRANCA |
| 20.054.258/0001-88 | CENTRO AUTOMOTIVO S.S LTDA |

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço (**Apêndice II**).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Atender às solicitações de serviço de manutenção preventiva e corretiva e de fornecimento de peças, suprimentos e acessórios na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência.

6.1.2. Realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva em oficina especializada própria, com pessoal com qualificação comprovada e emprego exclusivo de peças, suprimentos e acessórios genuínos, retífica, usinagem, recuperação, instrumentos e ferramentas de uso comum das montadoras dos respectivos veículos.

6.1.3. Realizar, sempre que possível e mediante autorização prévia do Contratante, serviços corretivos e preventivos no E. Repr. Gab. MD/RJ; vetado, sob qualquer alegação, o uso de ferramentas pertencentes ao MD.

6.1.4. Apresentar relação de peças, suprimentos e acessórios a ser aplicado e seu respectivo orçamento após a checagem “in loco”, bem como, sugerir a recuperação das peças, nos casos que couber solução alternativa, desde que não comprometa a segurança, qualidade e originalidade do veículo.

6.1.5. Constar nos orçamentos dos serviços a serem realizados:

6.1.5.1. a sua descrição;

6.1.5.2. o total de horas; e

6.1.5.3. o valor bruto e o valor com desconto contratual.

6.1.6. Constar nos orçamentos de peças:

6.1.6.1. a sua descrição, inclusive marca e código; e

6.1.6.2. o valor bruto e o valor com desconto contratual.

6.1.7. Somente iniciar os serviços corretivos, preventivos, reboque, substituição de peças, suprimentos, acessórios, usinagem ou qualquer ato que possa vir a gerar despesa, mediante prévia comunicação e autorização expressa do Contratante.

6.1.8. Assumir e arcar com todas as responsabilidades, inclusive financeira, sob a elaboração equivocada de orçamento de serviços, peças, suprimentos e acessórios após a aprovação por parte do Contratante; vetada a possibilidade de orçamento complementar.

6.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos veículos, seus equipamentos básicos e acessórios, durante a permanência em suas instalações ou oficina, inclusive em relação à responsabilidade civil e financeira sobre infrações de trânsito e multas decorrentes dos testes, condução e transporte de veículo para reparo.

6.1.10. Indenizar, em valores atualizados e em moeda corrente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, os danos parciais e/ou totais, causados aos veículos do MD, durante a execução de serviços, deslocamentos para manutenções, testes, transporte em reboque ou outro evento, de qualquer natureza, sem prejuízo de outras sanções, independentemente se ocorrido o fato por dolo, culpa, negligência, imperícia ou imprudência, salvo disposição legal em contrário.

6.1.11. Indenizar, na forma do subitem anterior, o furto ou roubo de veículo do MD sob sua responsabilidade, independentemente da natureza do fato, salvo disposição legal em contrário.

6.1.12. Responsabilizar-se por danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados, quando da execução dos serviços, condução, transporte de veículos e testes.

6.1.13. Apresentar, sempre que solicitado, documentos e/ou embalagens que comprovem ser as peças, os suprimentos e acessórios genuínos (pertencente à linha de montagem da montadora de cada marca de veículo).

- 6.1.14. Dar conhecimento formal ao Contratante sobre irregularidades e falhas operacionais constatadas durante as manutenções, indicando as devidas correções e/ou medidas saneadoras.
- 6.1.15. Atender prontamente as reclamações sobre a qualidade dos serviços prestados pelos seus técnicos e auxiliares, corrigir de imediato o problema e fornecer os esclarecimentos que se fizerem necessários.
- 6.1.16. Permitir o livre acesso do Contratante as dependências da oficina, para fiscalização dos serviços ou outros procedimentos inerentes ao contrato, podendo ainda, estar acompanhado de qualquer outra pessoa capaz de sua confiança, inclusive para emitir laudos, conferir todo tipo de reparos, instalação de peças, suprimentos e acessórios a serem utilizados nos veículos.
- 6.1.17. Prestar informações precisas e coesas solicitadas pelo Contratante ou por pessoa por ele indicada.
- 6.1.18. Reparar defeitos ou substituir peças, suprimentos ou acessórios dos veículos com recursos próprios, em caso de dano causado direta ou indiretamente, por culpa ou dolo, de qualquer dos seus técnicos, auxiliares ou terceiros, quanto do(s) veículo(s) sob sua responsabilidade.
- 6.1.19. Fornecer e/ou instalar apenas peças genuínas pertencentes à linha de montagem da montadora, devidamente lacrada, para fins de pagamento e conferência prévia pelo Fiscal do Contrato.
- 6.1.20. Recuperar, sempre que possível e sem prejuízo da qualidade e segurança, componentes em geral, materiais e acessórios, que porventura não tenha no mercado para compra ou que sua utilização aceita a recuperação.
- 6.1.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir, usinar, polir, moldar, retificar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste TR em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados.
- 6.1.22. Instalar, peças, suprimentos, acessórios e materiais afins, adquiridos pelo Contratante junto a terceiros, ficando a Contratada limitada à execução dos serviços. Tal condição não a isenta de responsabilidade sobre a má aplicação ou dano do material adquirido, que nesses casos, deverá ser repostado imediatamente, às expensas totais da Contratada.
- 6.1.23. Rebocar, às suas expensas, imediatamente após o comunicado, quando os veículos do MD ficarem impossibilitados de locomoção, decorrente de pane ou falha elétrica, eletrônica, mecânica, inclusive sinistro, em toda localidade do Rio de Janeiro ou num raio de **até 100 km**.
- 6.1.24. Proibir a permanência ou viagem de qualquer pessoa no interior do veículo, durante a operação de reboque.
- 6.1.25. Rebocar os veículos do MD apenas em veículos preparados para esta finalidade, de preferência do tipo plataforma suspensa. Vetado o uso de cordas, cabos, similares ou “cambão” de qualquer natureza.
- 6.1.26. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a apresentá-las saldadas na época de pagamento de cada Nota Fiscal/Fatura, dado que, seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício decorrente com o Contratante.
- 6.1.27. Assumir a responsabilidade por todas as providências a serem adotadas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando seus empregados sofrer qualquer tipo de acidente no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em trânsito ou nas dependências do Contratante.
- 6.1.28. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no ato convocatório, onde também farão parte os regramentos deste TR.
- 6.1.29. No ato de entrega do veículo, a Contratada deverá apresentar ao Gestor do contrato o documento fiscal dos serviços e peças que foram aplicadas, para conferência e atesto posteriormente.

6.1.30. A Contratada deverá ter sede própria no Rio de Janeiro e a oficina mecânica deverá estar localizada na distância máxima de **50 km** (cinquenta) do escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro. Motivo: economicidade de custo com combustível nas realizações dos serviços e fiscalizações.

6.1.31. Das instalações físicas e ferramentas da Contratada:

6.1.31.1. deverá possuir estrutura predial adequada e com total segurança; e

6.1.31.2. deverá dispor de ferramentas em geral, considerada a afinidade com os serviços dos veículos constantes do Item 1 - DO OBJETO deste TR, entre elas: chaves, gabaritos, sacas rolamentos e terminais, componentes digitais de leitura e diagnóstico para motores de combustíveis, diesel, gasolina ou misto (gasolina/álcool), analisadores, suportes variados para ajustes, acessórios mecânicos, hidráulicos e eletrônicos, elevadores compatíveis com o peso bruto dos veículos listados, aparelhos de medição vertical/horizontal de cambagem e alinhamento, balanceador de pneus, unidade recicladora de ar-condicionado e demais equipamentos afins, aparelho de medição de gases poluentes, mesa alinhadora de monobloco, expansores hidráulicos, aparelhos de solda (oxigênio e elétrica) e outros.

6.1.32. Dos profissionais da Contratada:

6.1.32.1. dispor em seu quadro próprio, de pessoal especializado em mecânica geral, mecânica para regulagem eletrônica/injeção de combustível gasolina/álcool e diesel, alinhador de suspensão e eletricista;

6.1.32.2. acrescenta-se a necessidade de balanceador de pneus, lanterneiro, pintor, tapeceiro, técnico em ar-condicionado; sem prejuízo de outros serviços de apoio/auxiliar e consultoria técnica;

6.1.32.3. comprovar a habilitação do pessoal denominado especializado, relacionado nos subitens anteriores, em curso de aprendizagem profissional promovido por entidades reconhecidas oficialmente, tais como: SENAI, ASE e outras afins; e

6.1.32.4. indicar e submeter à aprovação do Contratante, preposto, para se aceitar, representá-lo nos atos da execução do Contrato.

6.1.33. Dos conceitos de manutenções:

6.1.33.1. as manutenções se dividem em preventiva e corretiva e deverão ser realizadas por pessoal especializado, sujeitas à comprovação técnica, dispensada aos respectivos auxiliares;

6.1.33.2. entende-se por Manutenção Preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos mecanismos e nas peças dos veículos, com o escopo de mantê-los em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, Manual do Condutor e outras orientações expressas neste TR;

6.1.33.3. incluem-se na manutenção preventiva, sem exclusão do que se fizer necessário:

a) revisões previstas no Manual do Condutor de cada veículo, embasadas na quilometragem pré-definida; a exemplificar: 5.000 km, 10.000 km, 15.000 km, etc.;

b) revisão de freios e embreagem;

c) revisão do sistema de direção;

d) ajustes mecânicos e elétricos;

e) revisão do sistema de suspensão;

f) teste geral da parte elétrica;

- g) revisão do sistema de ar-condicionado;
- h) alinhamento de direção, cambagem e balanceamento de rodas; e
- i) toda mão de obra, seja: mecânica, elétrica ou eletrônica.

6.1.33.4. entende-se por Manutenção Corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os veículos em seu perfeito estado de funcionamento, seja efetuando ajustes, regulagens ou reparos, substituindo peças, mecanismos, componentes, suprimentos, acessórios, inclusive pneus, latarias, borrachas, forros e outros que se fizerem necessários;

6.1.33.5. incluem-se na manutenção corretiva, sem exclusão do que se fizer necessário:

- a) substituição de peças, acessórios, latarias, mecanismos, componentes, suprimentos desgastados, quebrados ou com defeitos;
- b) reparo de ar-condicionado;
- c) retífica de motor;
- d) reparo em câmbio e diferencial;
- e) reparo de suspensão;
- f) reforma de estofamento, carpete e forro;
- g) lanternagem; e
- h) pintura etc.

6.1.34. Da estimativa de horas para o serviço: estimada conforme Tabela de Tempo de Serviço (hora/homem trabalhada) praticada nas revendas autorizadas.

6.1.35. Do preço:

6.1.35.1. o Contratante pagará à Contratada, pela execução dos serviços e fornecimento de peças, objeto deste TR, preços de acordo com os subitens abaixo:

- a) custo/hora da mão-de-obra - Terá como referência os valores praticados pela revenda da marca, constante da Tabela de Tempo de Serviço da respectiva montadora, acrescido do desconto mínimo na forma dos subitens 6.1.37.1 a 6.1.37.2. e 6.1.38.1 a 6.1.38.3; e
- b) preços das peças, suprimentos e acessórios - Terá como referência os valores constantes da Tabela de Preço de Peças, suprimentos e acessórios praticados nas revendas autorizadas, acrescido do desconto mínimo na forma dos subitens 6.1.37.1 a 6.1.37.2. e 6.1.38.1 a 6.1.38.3.

6.1.36. Dos descontos:

6.1.36.1. pauta-se como critério essencial na formação do resultado e julgamento das propostas, nos termos e critérios estabelecidos nos subitens 6.1.35.1, 6.1.37.1 a 6.1.37.2. e 6.1.38.1 a 6.1.38.3.

6.1.37. Da formação dos preços - julgamento das propostas:

6.1.37.1. a licitação deverá ser composta por itens, onde cada item, consta uma determinada marca e a relação dos veículos constante no 1. DO OBJETO deste TR.

6.1.37.2. Para fins de julgamento das propostas:

- a) deverá ser elaborada uma proposta contemplando cada item;
- b) será considerado para apontar a proposta vencedora do Item o critério de MAIOR DESCONTO, a ser aferido mediante cálculo, doravante denominado Desconto Ponderado (DPo).

6.1.38. Da planilha de custo:

6.1.38.1. os Percentuais de Descontos aplicados para os Serviços (DS) e os de Peças (DP), multiplicados pelo fator correspondente para Serviços e Peças, dividido por 100 (cem), será igual ao Desconto Ponderado (DPo).

6.1.38.2. adota-se para cálculo matemático, o Peso 7 (sete) para serviço e o Peso 3 (três) para peças.

a) Demonstra-se:

$$DPo = \frac{(DS) \times 70 + (DP) \times 30}{100}$$

6.1.38.3. deverá ser formulada Proposta por item.

6.1.39. Do vínculo empregatício: Os empregados e prepostos da Contratada envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo por conta exclusiva da Contratada todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial e outras quaisquer, as quais se obriga a saldar nas épocas devidas.

6.1.40. Avaliação das necessidades de infraestrutura:

6.1.40.1. a infraestrutura da Contratada será avaliada utilizando os seguintes parâmetros:

a) a oficina mecânica da Contratada:

a.1) quanto à sua estrutura;

a.2) quanto ao ferramental existente;

a.3) quanto à qualidade do serviço; e

a.4) quanto à capacitação dos funcionários em mecânica geral, eletricidade, injeção eletrônica, pintura, lanternagem e funilaria de autos, dentre outras.

b) o escritório da Contratada:

b.1) quanto à sua estrutura;

b.2) quanto à capacitação de seus funcionários;

b.3) quanto a existência de microcomputadores com sistemas das empresas autorizadas do ramo de autopeças instalados; e

b.4) quanto à capacidade de emissão de orçamentos e notas fiscais em um curto espaço de tempo.

6.1.41. De segurança: A Contratada não poderá prestar, a outros, informações a respeito das manutenções dos veículos deste Ministério.

6.1.42. De comunicação: A Contratada deverá informar ao escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro, por escrito, o nome completo e número de telefone do preposto da empresa para que, caso necessário, seja acionado a fim de sanar qualquer problema que venha a

ocorrer com o serviço prestado durante a vigência contratual/garantia.

6.2. A execução dos serviços será iniciada mediante solicitação contida na Ordem de Serviço (**Apêndice III**), que será enviada ao adjudicatário com um prazo de antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização do serviço.

6.2.1. Os serviços de revisão preventiva deverão ocorrer no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da autorização expressa para sua realização. A autorização para a realização de serviço acompanha a Ordem de Serviço para substituição de peças, suprimentos e acessórios, quando se fizer necessário.

6.2.2. Os serviços mecânicos corretivos deverão ocorrer no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da autorização expressa para sua realização. A autorização para a realização do serviço deverá ser acompanhada de Ordem de Serviço para substituição de peças, suprimentos e acessórios ou quando do fornecimento dos materiais necessários, por parte do Contratante.

6.2.3. Os serviços corretivos de lanternagem, pintura, funilaria, instalação de acessórios e capotaria deverão ser acordados entre a Contratada e o Contratante, não podendo ser superior a **20 (vinte) dias úteis**.

6.2.4. Contar-se-á o prazo para conclusão dos serviços a partir da autorização expressa para sua realização e ordem para aquisição de peças, suprimentos e acessórios;

6.2.5. Caso o Contratante faça opção pela aquisição, junto a terceiros dos materiais necessários a realização dos serviços, permanecerá (ão) os prazos previsto(s) nos subitens 6.2.1 a 6.2.3 deste Termo de Referência.

6.2.6. Refazer ou corrigir os serviços dos subitens 6.2.1 a 6.2.3 não aceitos com absoluta prioridade e diligência, às suas expensas, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do momento da recusa pelo Contratante.

6.2.7. Os serviços abaixo descritos deverão ser realizados no prazo máximo de 4h (quatro horas):

- a) alinhamento de direção;
- b) cambagem;
- c) balanceamento;
- d) troca e rodízio de pneus;
- e) troca de filtros de óleo, ar e combustível;
- f) troca de bateria;
- g) regulagem de faróis; e
- h) troca de lâmpadas e outros ajustes de pequeno vulto.

6.2.8. Corrigir os serviços não aprovados, descritos no subitem 6.2.7, no prazo máximo de 3h (três horas), contados do momento da recusa pelo Contratante.

6.3. A gestão e fiscalização do Contrato ficará a cargo do escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro.

6.4. Contatos no E. Repr. Gab. MD/RJ: telefone: (21) 99927-3007 – Cap R/1 (GERSON) de Bastos Soares - E-mail: gerson.bastos@defesa.gov.br, telefone: (21) 98118-5397 - ST MB EB Marcos Ramos (BARRADAS) - E-mail: barradaspqdt91@gmail.com.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. Metodologia de avaliação da execução dos serviços: De acordo com o Apêndice IV - Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.2. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuada.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão está de acordo com o Apêndice V – Histórico de Consumo de Manutenção.

8.2. Deverá ser formulada a proposta por item.

8.3. Será considerado para apontar a proposta vencedora do Item o critério de MAIOR DESCONTO, a ser aferido mediante cálculo, doravante denominado Desconto Ponderado (DPo).

8.4. Este Termo de Referência reúne informações suficientes para elaboração de propostas, de tal sorte que não seja necessária a vistoria do local para os licitantes que assim não desejarem.

8.5. Da planilha de custo:

8.5.1. Os Percentuais de Descontos aplicados para os Serviços (DS) e os de Peças (DP), multiplicados pelo fator correspondente para Serviços e Peças, dividido por 100 (cem), será igual ao Desconto Ponderado (DPo).

8.5.2. Adota-se para cálculo matemático, o Peso 7 (sete) para serviço e o Peso 3 (três) para peças.

a) Demonstra-se:

$$DPo = \frac{(DS) \times 70 + (DP) \times 30}{100}$$

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste instrumento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN nº 5/SEGES/MP/2017.
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação

específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este instrumento, no prazo determinado.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº13.146, de 2015.

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII - F da IN nº 5/SEGES/MP/2017:

10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ~~inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados~~, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.23. Atender às normas da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Portaria Normativa nº 2/GM-MD/2019.

10.24. Entregar no escritório de apoio ao Ministro no Estado do Rio de Janeiro a primeira via do Termo de Responsabilidade (Apêndice VI) assinado por todos os prestadores de serviços e a primeira via do Termo de Confidencialidade (Apêndice VII) assinado pelo representante da Contratada.

10.25. Deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações do escritório por ela acessadas direta ou indiretamente (acesso aos ativos que contêm informações) e cumprir o disposto na POSIC quando aplicável.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste instrumento.

13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste instrumento, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Apêndice IV**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste instrumento e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da IN nº 5/SEGES/MP/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até **5 (cinco) dias corridos** do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.2. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo; e

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este instrumento.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3/MP/2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1. o prazo de validade;

15.4.2. a data da emissão;

15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4. o período de prestação dos serviços;

15.4.5. o valor a pagar; e

15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN nº 5/SEGES/MP/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.6.1. não produziu os resultados acordados;

15.6.2. deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3/MP/2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é

calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = \frac{(6 / 100)}{365}$

I = 0,00016438

16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. **Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, onde o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração (Contratante)**, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

18.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

18.1.5. cometer fraude fiscal;

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de qualquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa de:**

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o **valor do serviço OS** em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o **valor do serviço OS**, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o **valor do serviço OS**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o **valor do serviço OS**, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 do subitem 18.4 abaixo;

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do **valor do serviço OS** por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato; e

18.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até **2 (dois) anos**;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

18.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste instrumento.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.3. As sanções previstas nos **subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com os 1 e 2.

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS.</u> |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS.</u> |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS.</u> |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS.</u> |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o <u>valor do serviço OS.</u> |

Tabela 2

| INFRAÇÃO | | |
|----------|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência. | 5 |
| | | |

| | | |
|---|--|---|
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento. | 4 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia. | 3 |
| 4 | Retirar do veículo pertencente ao Ministério da Defesa quaisquer equipamentos, sem autorização prévia do responsável, por item. | 4 |
| 5 | Aplicar produtos de 2ª linha, fora das especificações previstas nas tabelas de preços praticados pelas revendas autorizadas de cada marca de veículo, por item. | 4 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Colocar à disposição do Contratante os equipamentos, peças e mão-de-obra para realização dos reparos necessários, por item e por dia. | 4 |
| 7 | Manter equipamentos e acessórios necessários à execução dos serviços ou prestar manutenção aos equipamentos, ou zelar pelas instalações utilizadas no MD, por item e por dia. | 4 |
| 8 | Manter peças em estoque para aplicação imediata, por item e por dia. | 2 |
| 9 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência. | 2 |
| 10 | Substituir os equipamentos que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados, por equipamento e por dia. | 3 |
| 11 | Reparar ou substituir os equipamentos que apresentarem defeitos em até 24 (vinte e quatro) horas, por item e por dia. | 3 |
| 12 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia. | 1 |
| 13 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência. | 3 |
| 14 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato. | 1 |
| 15 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada. | 1 |
| 16 | Atender ao público usuário de forma respeitosa ou cortês, por ocorrência. | 2 |
| 17 | Implantar medidas corretivas exigidas pelo fiscal do contrato ou na execução. de outras obrigações contratuais, por dia. | 1 |

| | | |
|----|--|---|
| 18 | Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo Contratante, por dia. | 2 |
| 19 | Executar no prazo programado ou de forma satisfatória as tarefas constantes dos itens referentes à discriminação dos serviços, por tarefa. | 1 |
| 20 | Comunicar, por escrito, ao MD, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por fato ocorrido. | 3 |

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

18.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

18.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste instrumento, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

19.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

19.4.1. Valor Global: **R\$ 22.379,42** (vinte e dois mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

19.5. O critério de julgamento da proposta é o **Maior desconto Global para o Grupo I (itens 1 ao 3) e Maior desconto por Item para os demais (itens 4 e 5).**

19.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 22.379,42** (vinte e dois mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

20.2. Tal valor foi obtido a partir de Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 16, de 24 de dezembro de 2020 (2956056).

21. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, na forma que segue:

21.2. O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, com início após a assinatura do contrato.

22. DOS APÊNDICES (3122334)

22.1. Apêndice I - Estudos Preliminares;

22.2. Apêndice II - Declaração do Licitante;

22.3. Apêndice III - Ordem de Serviço;

22.4. Apêndice IV - Instrumento de Medição do Resultado (IMR);

22.5. Apêndice V - Histórico de Consumo de Manutenção.

22.6. Apêndice VI - Termo de Responsabilidade;

22.7. Apêndice VII - Termo de Confidencialidade;

22.8. Apêndice VIII - Modelo de Termo de Responsabilidade pelo Recebimento do Veículo; e

22.9. Apêndice IX - Modelo da Proposta.

II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores**, serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra.

2. critérios e práticas de sustentabilidade:

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá adotar as seguintes **práticas de sustentabilidade** abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

- a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 14 de dezembro de 2020, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a contratação do objeto (CATSER 3565 - Manutenção de Veículos Leves e Pesados) através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado no pregão abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Serviço 3565 - Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Período Pesquisado - 01/01/2020 até 14/12/2020

| ÓRGÃO GERENCIADOR | UASG GERENCIADORA | LICITAÇÃO | PERÍODO DE VIGÊNCIA |
|-----------------------------|--|----------------------|--------------------------|
| 52131 - COMANDO DA MARINHA | 786810 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM LADARIO | Pregão 00022/2020 | 10/12/2020 10/12/2021 |
| 52121 - COMANDO DO EXERCITO | 160106 - 2 BATALHAO FERROVIÁRIO | Pregão 00016/2020 | 30/11/2020 30/11/2021 |
| 52131 - COMANDO DA MARINHA | 752000 - DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS | Pregão 00004/2020 | 27/11/2020 27/12/2020 |
| 52121 - COMANDO DO EXERCITO | 160183 - 72 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO | Pregão 00002/2020 | 24/11/2020 24/11/2021 |
| 52121 - COMANDO DO EXERCITO | 160069 - COMANDO LOGISTICO | Pregão 00016/2020 | 30/11/2020 30/11/2021 |

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente contratação se tratar de um **serviço comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002**, e o **quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.**

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

Para este objeto a ser contratado a melhor solução será a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores**, através da realização de um pregão eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) tendo

como referência o modelo disponibilizado pela AGU de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor e da mão de obra a ser contratada.

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

Documento de Formalização de Demanda nº 16, de 24 de dezembro de 2020 (2956056).

Planilha de controle de manutenção ano 2019/2020 (3022142).

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

Documento de Formalização de Demanda nº 16, de 24 de dezembro de 2020 (2956056).

Planilha de controle de manutenção ano 2019/2020 (3022142).

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

1. Parcelamento: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.
3. Opção de contratação por: **Maior desconto Global para o Grupo I (itens 1 ao 3) e Maior desconto por Item para os demais (itens 4 e 5).**

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O pregão realizado durante o período de 01/01/2020 até 14/12/2020, abaixo relacionado contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Pregão nº 22/2020 (SRP) - Centro de Intendencia da Marinha em Ladario (UASG nº 786810), Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de **manutenção de viaturas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Pregão nº 16/2020 (SRP) - BATALHAO FERROVIÁRIO (UASG nº 160106), Pregão Eletrônico - Registro de preços para possível contratação de serviços de **manutenção de viaturas** com aplicação de peças GENUÍNAS/ORIGINAIS para a manutenção preventiva e corretiva de viaturas.

IX - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO

De acordo com o art. 11 da Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019, durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem está delegar, e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

O serviço acima foi incluído no item nº **2.788** do PGC 2021, no valor estimado de **R\$ 22.379,42** e caso seja aprovado pelo Senhor Diretor do DEADI será enviado para aprovação.

X - RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

O resultado pretendido será atingido com a manutenção das condições de higiene e limpeza das instalações prediais da AC/MD, contribuindo para um ambiente de trabalho agradável e propício à um bom desempenho profissional. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento sustentável, será exigido dos licitantes os critérios e práticas de sustentabilidade: Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá adotar as seguintes **práticas de sustentabilidade** abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

- a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

XI - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviço comum.

XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Critérios e práticas de sustentabilidade:

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá adotar as seguintes **práticas de sustentabilidade** abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

- a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- c. que utilizem na execução dos serviços equipamentos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), nos termos da Portaria nº 164/INMETRO/2012; e
- d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e razoabilidade da contratação.

ANTONIO FRANCISCO DO VALE - 2º SG (MB)
Integrante Requisitante

FABRÍCIO NUNES TAVARES- CB (EB)
Integrante Técnico

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO- ST
Integrante Administrativo

Aprovo, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

MÁRCIO ALEKSSANDER GRANZOTTO KUNTZE
Diretor Substituto do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1 - RISCOS DA AQUISIÇÃO:

1.1 - Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

1.2 - Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3 - Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4 - Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5 - Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6 - A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2 - POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

| FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR RISCO 1 | | | |
|--|---|---|--|
| Probabilidade: | (<input type="checkbox"/>) Baixa | (<input checked="" type="checkbox"/>) Média | (<input type="checkbox"/>) Alta |
| Impacto: | (<input type="checkbox"/>) Baixo | (<input type="checkbox"/>) Médio | (<input checked="" type="checkbox"/>) Alto |
| Id | Dano | | |
| 1 | Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de | | |

| | 1993). | |
|-----------|---|--|
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 1 | Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias. | Demandante. |
| 2 | Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias. | Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ). |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 1 | Realizar as correções necessárias para o prosseguimento do processo. | Demandante e ASPLAQ. |
| 2 | Responder a impugnação caso seja de caráter técnico. | Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ. |

| FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR | | | |
|--|---|------------------------------------|--|
| RISCO 2 | | | |
| Probabilidade: | (<input type="checkbox"/>) Baixa | (<input type="checkbox"/>) Média | (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta |
| Impacto: | (<input type="checkbox"/>) Baixo | (<input type="checkbox"/>) Média | (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta |
| Id | Dano | | |
| 1 | Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR). | | |
| Id | Ação Preventiva | Responsável | |
| 1 | Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas. | ASPLAQ. | |
| Id | Ação de Contingência | Responsável | |
| 1 | Anular o risco por meio de ajustes no instrumento. | ASPLAQ. | |
| 2 | Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo. | Demandante e ASPLAQ. | |

| | | |
|---|--|---------------------|
| 3 | Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada. | Demandante e COLIC. |
|---|--|---------------------|

| FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR | | | |
|---|---|------------------------------------|--|
| RISCO 3 | | | |
| Probabilidade: | (<input type="checkbox"/>) Baixa | (<input type="checkbox"/>) Média | (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta |
| Impacto: | (<input type="checkbox"/>) Baixo | (<input type="checkbox"/>) Média | (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta |
| Id | Dano | | |
| 1 | Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais. | | |
| Id | Ação Preventiva | | Responsável |
| 1 | Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos. | | ASPLAQ. |
| 2 | Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020. | | ASPLAQ. |
| Id | Ação de Contingência | | Responsável |
| 1 | Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento. | | ASPLAQ. |
| 2 | Exigir atestado de capacidade técnica. | | COLIC. |

Analizado:

ANTONIO FRANCISCO DO VALE - 2º SG (MB)
Integrante Requisitante

FABRÍCIO NUNES TAVARES - CB (EB)

Integrante Técnico

ANTONIO CARLOS DE CARVALHO- ST

Integrante Administrativo

APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

AUTORIDADE APROVADORA DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Aprovo, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

MÁRCIO ALEKSSANDER GRANZOTTO KUNTZE

Diretor Substituto do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra

Atualização: outubro/2020

Acessado em 14 de dezembro de 2020 às 10h12, no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/servicos-continuados-sem-mao-de-obra-exclusiva-pregao>.

Documento assinado eletronicamente por **Antônio Carlos de Carvalho, Supervisor (a)**, em 12/01/2021, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Francisco do Vale, Gestor(a) de Contrato**, em 13/01/2021, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Nunes Tavares, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 13/01/2021, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Alekssander Granzotto Kuntze, Diretor(a), substituto(a)**, em 13/01/2021, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3121606** e o código CRC **7351A676**.